

A TECNOLOGIA DO ENRIQUECIMENTO: A FAZENDA SÃO BERNARDO COMO ELEMENTO DE ESTUDO DO CAPITALISMO AGRÁRIO (1920 e 1930)

Francisco Fabiano de Freitas Mendes*

O termo tecnologia vem do grego *technología*, que quer dizer tratado sobre uma arte ou uma prática. E apesar de sabermos o que é enriquecer, custa pouco lembrar que o desdobramento desse verbo quer dizer: movimento para dentro da condição de ser rico, num processo de mudança de estado: em- + rico + -ecer. *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, pode ser visto como um romance-tratado da arte de como tornar-se rico, empreendedor, poderoso, temido e solitário num contexto que compreende a inserção do capitalismo agrário em certas regiões do interior nordestino no início do século XX.

A trama do romance pode ser resumida à luta pela conquista e manutenção da fazenda São Bernardo, no município de Viçosa, Alagoas, durante a década de 1920 e o limiar da década de 1930; e, à semelhança da fazenda, como seu protagonista, Paulo Honório conquista e domina todos à sua volta – incluindo sua esposa, Madalena – com base no exercício do mando. Narra-nos essa tecnologia de enriquecer seu protagonista, Paulo Honório, que pode ser assim apresentado:

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro. A idade, o peso, as sobrancelhas cerradas e grisalhas, este rosto vermelho e cabeludo têm-me rendido muita consideração. Quando me faltavam estas qualidades, a consideração era menor.¹

Perfeitamente localizado no seu hoje (1930), o narrador ainda informa dados específicos sobre o corpo de um homem grande (89 quilos) que lhe rende consideração. Já seu passado traz um mistério: Paulo Honório não sabe de onde vem nem sabe quem foram seus pais e, ao contrário da exatidão do peso, não informa com precisão sua data de nascimento (lá pelo São Pedro – 29 de junho):

Para falar com franqueza, o número de anos assim positivo e a data de São Pedro são convencionais: adoto-os porque estão no livro de assentamentos de batizados da freguesia. Posso a certidão que menciona padrinhos, mas não menciona pai nem mãe. Prova-

velmente eles tinham motivo para não desejarem ser conhecidos. Não posso, portanto, festejar com exatidão o meu aniversário. Em todo caso, se houver diferença, não deve ser grande: mês a mais ou mês a menos. Isto não vale nada: acontecimentos importantes estão nas mesmas condições.²

Ao mesmo tempo em que esse fato lhe causa alguma dor, também lhe provoca certo orgulho e até alívio. Não ter família, ser o marco-zero é, aliás, sinal de autonomia, um rompimento com algum passado desgraçado, um forte traço de individualismo, uma característica liberal.

Sou pois o iniciador de uma família, o que, se por um lado me causa alguma decepção, por outro lado me livra da maçada de suportar parentes pobres, indivíduos que de ordinário escorregam com uma sem-vegonheza da peste na intimidade dos que vão trepando.³

Paulo Honório não quer ninguém a aproveitar-lhe o vácuo. Como trabalhou desde pequeno, orgulha-se do sucesso que arrancou à unha da vida dura que teve. E prossegue, numa linguagem quase oficial de relatório, mais precisamente, um balancete contábil – no qual o *ativo financeiro* ao final de sua jornada de investimentos fecha em positivo, e o *passivo emocional* ao final de sua tragédia sentimental é inversamente proporcional, fechando em negativo⁴ – na listagem das ocupações que tivera desde menino até à conquista do seu pódio: a propriedade São Bernardo. Quando moleque, Paulo Honório fora guia de um cego que lhe “puxava as orelhas”; “vendia doces” que a velha Margarida fazia e ajudava a limpar o tacho; trabalhou na enxada, nas terras da São Bernardo, para o Salustiano Padilha, até os dezoito anos, “ganhando cinco tostões por doze horas de serviço”. Nessa época, passa “três anos, nove meses e quinze dias na cadeia” por conta de uma “sentinela que acabou em furdunço”, envolvendo Paulo Honório, a “cabritinha sarará danadamente assanhada” Germana e o João Fagundes, que findou esfaqueado; aprendeu a ler na cadeia com o João Sapateiro “que tinha uma bíblia miúda, dos protestantes” e quando saiu, já não pensava na Germana, “pensava em ganhar dinheiro”. A partir daí, começa a fase dos negócios: primeiro tira o título de eleitor; depois, pede empréstimo a seu Pereira, “agiota e chefe político” – que mais tarde, por conta de fracassos nas eleições se verá em posição inversa diante de Paulo Honório, o qual estuda “aritmética para não ser roubado além da conveniência”, e mete-se no sertão vendendo de tudo: “redes, gado, imagens, rosários, miudezas, ganhando aqui, perdendo ali, marchando no fiado, assinando letras, realizando operações embrulhadíssimas” – numa delas, envolvendo uma boiada, efetua a transação de “armas engatinhadas”. Nessa época traz um capanga para se proteger: Casimiro Lopes. E cansado daquela vida, Paulo Honório retorna a Viçosa – aqui se completa sua perfeita localização: 1930 (período da escrita do seu livro), município de Viçosa-AL –, onde re-

solve ser dono da São Bernardo, que estava, à época, nas mãos do Luís Padilha, filho do velho Salustiano, já finado. Após comprar a fazenda de um Luís Padilha desorientado, bêbado e confuso, o protagonista começa a organizar a estrutura física da propriedade, rumo ao progresso, e a estrutura político-administrativa do município, para não só manter a fazenda, bem como para, a partir dela, cavar seu lugar de destaque no poder local. Sempre ao lado do capanga Casimiro Lopes, que lhe tem “fidelidade de cão”, Paulo Honório ainda contratará o seu Ribeiro – um velho, ex-militar que na época do Império gozava de prestígio em sua localidade – para cuidar da contabilidade; o João Nogueira, advogado; construirá laços de mútua dependência com o Azevedo Gondim, redator do periódico local, *Cruzeiro*; contratará o Luís Padilha para ser o professor da escola que o governador havia exigido em importantíssima visita a São Bernardo, numa “data que ficou célebre”; e terá Madalena, sua própria esposa, como secretária.⁵

A trajetória de Paulo Honório revela o poder de transformação que há nas relações sociais e econômicas via capitalismo liberal, no qual o indivíduo depende de sua própria iniciativa: “Eu não sou preguiçoso. Fui feliz nas primeiras tentativas e obriguei a fortuna a ser-me favorável nas seguintes”.⁶ Ele não é a figura do coronel tradicionalmente puro, ou seja, não possui uma “linhagem”, não conta com símbolos ou brasões de família nobre, não traz nas costas herança de terras ou de títulos enferrujados que datam do Império. No entanto, a organização política e econômica que compreende a recém-República dos Estados Unidos do Brasil permite-lhe desenvoltura análoga à dos velhos coronéis no desfile de uma sociedade que com ele vive em liame e parece estar sempre à soleira da porta.

Na ascensão social de Paulo Honório, Graciliano Ramos vem, conforme Carlos Nelson Coutinho, captar “os traços essenciais do capitalismo nascente: o crescimento da mobilidade social, o rompimento com as barreiras coaguladas do pré-capitalismo”.⁷ Mas rompimento é um termo muito forte para se explicar as diferentes “fases” que viveu o Brasil desde a chegada de D. João VI até os dias de hoje. Se há uma possibilidade de maior mobilidade social, o que é notório, os meios usados para que essa mobilidade se realize não ganharam modificações bruscas nesses últimos séculos.⁸

Graciliano, decerto, percebeu a mudança dos tempos que se dava, no entanto, mais por uma corrente de discurso – cujos elos se encaixavam com certa harmonia, mas não isentos de conflitos – do que mesmo pela verificação na prática das esferas política e econômica.

O alcance que o coronel ainda tinha, principalmente nas decisões locais, revelava a acomodação aprendida no lidar com uma série de fatores, como a Política dos Governadores, por exemplo: uma bizarra estrutura – nova apenas se confrontada com o discurso modernizante – na qual o poder público se relacionava com o privado de modo tal que

fazia da República um aleijão, uma distorção no tempo. Na análise de Sérgio Buarque de Holanda, temos a visão preocupada de quem vê uma permanência parasitária corroendo a fachada de uma mudança que, no fundo, se não era fantasiosa, se processava com lentidão e não sem recuos:

O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela Monarquia ainda guarda um prestígio, tendo perdido sua razão, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que o sustentava: uma periferia sem centro. A maturidade precoce, o estranho requinte do nosso aparelho de Estado, é uma das conseqüências de tal situação.⁹

Foi assim que as elites nordestinas sustentaram uma prática herdada desde o Império, ratificando uma relação interdependente que, se outrora evidenciava um “fortalecimento do poder público centralizador e uma subordinação paulatina do poder privado a este”¹⁰, na recente República, além de não deixar de trazer tal caráter, essa relação ainda evidenciava o fortalecimento de uma prática que, a princípio, deveria ser erradicada do processo de renovação política pelo qual, teoricamente, haveria de ter passado o país.

Pode-se dizer que esse conflito entre discurso e prática gera uma situação a princípio anacrônica – se tomarmos por base os projetos de progresso que deveriam atingir todas as esferas da vida do país, varrendo todo o modo de viver “pré-capitalista” –, situação que se alimenta e alimenta proprietários de terra como Paulo Honório. Mesmo após o Golpe de 1930 e uma visível reformulação da estrutura político-administrativa do país, vinda do topo, verifica-se que o *rio principal* não seria perene, se não o fossem seus *afluentes*, ou seja, foram municípios como os de Viçosa, pequenos *córregos* de uma *rede fluvial* de poder baseada na produção agrícola – maior fonte de renda do país e na qual estava a maioria da população ativa, portanto, a maioria do eleitorado – e na convivência com mandonismos locais, foram tais municípios que possibilitaram aos *rios maiores* – os Estados – a manutenção de um *curso* relativamente calmo rumo ao grande *rio federal*.¹¹

É este quadro que mostra Graciliano, quando da visita do governador do estado a São Bernardo. Paulo Honório ciceroneia o visitante pela propriedade, numa demonstração da chegada da modernidade ao campo, transformando a “antiga” fazenda numa empresa mais complexa, diversificada e estruturada: “E fui mostrar ao ilustre hóspede a serraria, o descaroador e o estábulo. Expliquei em resumo a prensa, o dínamo, as serras e o banheiro carrapaticida.”¹² Mas os tempos não eram exatamente os mesmos. Algumas exigências acabam pegando Paulo Honório de assalto:

O governador gostou do pomar, das galinhas Orpington, do algodão e da mamona, achou conveniente o gado limosino, pediu-me fotografias e perguntou onde ficava a escola. Respondi que não ficava em parte nenhuma. [...]

Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos?
– Esses homens do governo têm um parafuso frouxo. Metem pessoal letrado na apanha da mamona. Não de ver a colheita.
(...) De repente supus que a escola poderia trazer a benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar.
– *Pois sim senhor. Quando V. excia. vier aqui outra vez, encontrará essa gente aprendendo cartilha*”.¹³

A efetivação do novo – construir e bancar a escola – estava a serviço do velho – certos favores a solicitar – porque o privado estava exercendo função do público. Mas isso não se restringia aos limites da propriedade. A relação com o poder público local extrapola os limites da fazenda e ganha uma visibilidade municipal. É digna de nota a capacidade de observação do narrador em condensar, numa única página, as características do patrimonialismo e apontar os tentáculos do coronel em ação, nesse misto de sociedade em mudança e de sociedade em permanência, no qual as coisas ora se resolvem por meios jurídicos – não necessariamente idôneos – ou via imprensa – não necessariamente ética – ou pela violência mesmo, que era, segundo Victor Nunes Leal, a última das alternativas, mas nunca aquela a ser descartada.

Efetuei transações arriscadas, endividei-me, importei mecanismos e não prestei atenção aos que me censuravam por querer abarcar o mundo com as pernas. Iniciei a pomicultura e a avicultura. Para levar os meus produtos ao mercado, comecei uma estrada de rodagem. Azevedo Gondim compôs sobre ela dois artigos, chamou-me patriota, citou Ford e Delmiro Gouveia. Costa Brito também publicou uma nota na Gazeta, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em conseqüência mordeu-me cem mil-réis. Não obstante essa propaganda, as dificuldades surgiram. Enquanto estive esburacando S. Bernardo, tudo andou bem; mas quando varei quatro ou cinco propriedades, caiu-me em cima uma nuvem de maribondos. Perdi dois caboclos e levei um tiro de emboscada. Ferimento leve, tenho a cicatriz no ombro. Exasperado, mandei mais cem mil-réis ao Costa Brito e procurei João Nogueira e Gondim:
– Desorientem essas cavalgadas. Olhem que eu estou fazendo obra pública e não cobro imposto. É uma vergonha. O município devia auxiliar-me. Fale com o prefeito, dr. Nogueira. Vê se ele me arranja umas barricas de cimento para os mata-burros.¹⁴

As melhorias que o proprietário faz são de um empreendedor conectado às exigências do mercado, à política do aumento e diversificação da produção, à modernização do campo e até às relações de trabalho:

Devagarinho, foram clareando as lâmpadas da iluminação elétrica. Luzes também nas casas dos moradores. Se aqueles desgraçados lá embaixo, ao pé das cercas de Bom-Sucesso, tinham pensado em alumiar-se com eletricidade! Luz até meia-noite. Conforto! E eu pretendia instalar telefones.¹⁵

Paulo Honório gaba-se da sua condição de provedor do conforto para aqueles “desgraçados” que são hoje o que ele foi ontem. Essa condição tem uma dupla importância. Trazer essas “benfeitorias” aos trabalhadores da São Bernardo ao mesmo tempo em que evidencia ser o seu proprietário um homem de visão, de “planos volumosos”, projetos arrojados e modernos, rumo ao futuro, realça também a diferença que havia entre Paulo Honório e eles. O primeiro mudou, rompeu a placenta de chumbo que separa os homens que têm dos homens que não têm ou que só têm quando lhes dão: “se aqueles desgraçados lá embaixo tinham pensado em alumiar-se com eletricidade! Conforto!” O caráter burguês, individualista, que habita o senhor de São Bernardo revela o mesmo caráter da burguesia ascendente do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos.¹⁶ Se comparada àquela burguesia, poderíamos dizer que a burguesia agrária do Brasil nos 1930 evidenciava um capitalismo retardatário, tardio. Creio que era (ou ainda é) apenas o nosso capitalismo, com as peculiaridades que a “arte de explorar” encontrou nas terras e na gente daqui.

O coronel de Graciliano é esse novo-velho coronel que encontrou habitat favorável para desenvolvimento de suas raízes atrofiadas e que logo conheceram a robustez permitida por um regime novo que trazia muito do velho.

Da ascensão à ruína, Graciliano traceja os passos do proprietário rural em relação aos outros que o cercam, desconstruindo, aos poucos, uma visão que recairia somente sobre a figura de um único homem. A imagem que vai sendo construída lenta e esporadicamente no decorrer da trama é a do fazendeiro nordestino daquele contexto. Um sujeito social que, se não encontra uma explicação nobiliárquica para sua situação, considerada superior, exprime ele essa superioridade mostrando e contemplando suas conquistas. A passagem do capítulo 31, quando do alto da torre da igreja Paulo Honório avista seu império, tal passagem é emblemática para entendermos o que Graciliano aos poucos vai mostrando sobre o patronato rural:

E quando, assim agigantados, vemos rebanhos numerosos a nossos pés, plantações estirando-se por terras largas, tudo nosso, e avistamos a fumaça que se eleva de casas nossas, onde vive gente que nos teme, respeita e talvez até nos ame, porque depende de nós, uma grande serenidade nos envolve. Sentimo-nos bons, sentimo-nos fortes.¹⁷

O fazendeiro começa falando das terras, dos animais e das pessoas que o temem e talvez o amem, porque dependem dele. É a fala do patriarca, daquele que controla e castiga e que, por fim, sente-se bom por estar a fazer o bem: dar às pessoas algo para elas temerem, respeitarem, amarem, deverem. Porém, essa sensação só é experimentada quando o homem se vê agigantado. Ou seja, Paulo Honório considera-se um homem maior e melhor que os outros. A vida para ele é um jogo, no qual quem tem mais fome e consegue saciá-la merece, por prêmio, dominar os que não souberam saciar suas próprias vontades.

Paulo Honório sente-se natural e legitimamente dono dos destinos daqueles que considera fracassados, molambos. Essa sensação de posse e direito sobre os homens ganha diversos contornos e argumentos.

Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos. Os currais que se escoram uns aos outros, lá embaixo, tinham lâmpadas elétricas. E os bezerrinhos mais taludos soletravam a cartilha e aprendiam de cor os mandamentos da lei de Deus.¹⁸

Ao classificar todos os empregados da São Bernardo como bichos, o fazendeiro traz nessa metáfora o círculo fechado do futuro das crianças da fazenda: bezerros que estão aprendendo a ler. Desse modo, aposta na imutabilidade da relação entre patrão e empregado, mesmo com as inovações físicas e os “luxos” e “qualificações” que trouxe para os trabalhadores da fazenda, como casas, luz elétrica e a escola.¹⁹ No entanto, Paulo Honório se define também como um bicho, a última “simbiose” que o registro de sua vida aponta: o lobisomem, a outra ponta dessa animalização, o predador, o carnívoro:

Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.

E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte!

A Desconfiança é também consequência da profissão.

Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes.

Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas [...]

Julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e a figura de um lobisomem.²⁰

Graciliano vai transferindo o foco da “pessoa” Paulo Honório para a figura do proprietário rural, demonstrando, assim, o caráter dessa burguesia rural que vai se formando, calçada na tradição do mandonismo e do patrimonialismo, mas percorrendo o trajeto que passa pelos modernos mecanismos de produção e relação com os setores comercial e industrial.²¹

Mas, para além dos aspectos econômicos, a obra se permite olhar para as relações sociais que compõem a dinâmica da fazenda. Ela mesma, a fazenda, como miniatura das relações e expectativas sociais para um Brasil futuro, como por exemplo, o socialismo humanista e a instrução de Madalena, que revelam, na trama, algumas das fraquezas de Paulo Honório, voltado apenas para o “sentimento de propriedade”, sentimento este que se alimenta do controle – ou da ilusão de controle – sobre aqueles que lhe cruzaram o caminho, guiado por um estranho senso de justiça²³ e da incompreensão no trato com o outro, o estranho, principalmente se não reza na sua cartilha. O resultado é uma descon-

fiança que lança mão de todas as violências possíveis para manter o “bicho”-proprietário vivo. Não são raras as passagens em que Paulo Honório vê Madalena como uma “comunista” – a trair-lhe os pilares sagrados de sua conquista: a trajetória solitária do nada ao tudo, da enxada ao alpendre de São Bernardo – ou como uma mulher infiel – a trair sua condição de propriedade. Qualquer ameaça a esse projeto, incluindo a figura da própria esposa, implicaria uma reação dura, no caso, o ciúme, que vinha sempre associado a alguma posição política ou ideológica abraçada pela mulher, fazendo dessa última um perigo que habitava o lar de Paulo Honório, mesmo que ele não soubesse ao certo que posição política ou ideológica seria essa: “Sim senhor, comunista! Eu construindo e ela desmanchando. [...] Materialista. Lembrei-me de ter ouvido Costa Brito falar em materialismo histórico. Que significava materialismo histórico?”²⁴ Da conversa durante o jantar de comemoração de dois anos de casamento, a leitura feita por Paulo Honório da posição da esposa era negativa e inaceitável. Seus caminhos, inconciliáveis; seus projetos, incompatíveis; Madalena recusando-se a entrar no jogo da São Bernardo... o resultado é, conforme define João Luiz Lafetá, “a morte de Madalena, vitória da reificação que destrói o humano, derrota de Paulo Honório”.²⁵

A ruína no casamento significava a ruptura da sua evolução. A própria idéia do casamento havia surgido como que para dar continuidade à sua jornada. Precisava de um herdeiro e queria ser lembrado como a raiz de uma árvore vitoriosa. Se não soube de onde veio e venceu, haveria de ser lembrado como aquele de onde outros vencedores vieram, a luta não poderia ter sido em vão:

Amanheci um dia pensando em casar. Foi uma idéia que me veio sem que nenhum rabo-de-saia a provocasse. Não me ocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de governar.

A que eu conhecia era a Rosa do Marciano, muito ordinária. Havia conhecido também a Germana e outras dessa laia. Por elas eu julgava todas. Não me sentia, pois, inclinado para nenhuma: o que eu sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo.²⁶

Depois de nascido o herdeiro, já em meio à confusão doentia de ter ciúme de tudo, o pai vê na criança, ou seja, no seu futuro, no futuro do seu nome, um triste prognóstico: “aquela mãe desnaturada e que não merecia confiança” gerara-lhe a ruína, a feiúra, o abandono. A “pureza” de São Bernardo estava comprometida para sempre e o futuro – que em sua óptica estaria encharcado de tradicionalismo – não se realizaria. O presente, uma desgraça:

E o pequeno continuava a arrastar-se, caindo, chorando, feio como os pecados. As perninhas e os bracinhos eram finos que faziam dó. Gritava dia e noite, gritava como um condenado e a ama vivia meio doida de sono. Às vezes ficava roxo de berrar, e receei que estivesse morrendo quando padre Silvestre lhe molhou a cabeça. Com a dentição

encheu-se de tumores, cobriram-no de esparadrapos: direitinho uma rês casteada. Ninguém se interessava por ele. D. Glória [tia de Madalena] lia. Madalena andava pelos cantos, com as pálpebras vermelhas e suspirando. Eu dizia comigo:

– Se ela não quer bem ao filho!

E o filho chorava, chorava continuamente. Casimiro Lopes era a única pessoa que lhe tinha amizade. Levava-o para o alpendre e lá se punha a papaguear com ele, dizendo histórias de onças, cantando para o embalar as cantigas do sertão. O menino trepava-lhe às pernas, puxava-lhe a barba, e ele continuava:

Eu nasci de sete meses,
Fui criado sem mamar.
Bebi leite de cem vacas
Na porteira do curral²⁷

O filho do individualismo dominante de Paulo Honório com o humanismo recessivo de Madalena é um país feio e atrofiado. Largado pelos cantos, abandonado à própria sorte e contando apenas com a atenção de seu próprio povo que, em última instância é ele mesmo: Casimiro Lopes e o filho de Paulo Honório e Madalena foram criados sem mamar, eis a formação do Brasil e de todos os seus males.

Quando Madalena morre, escapando mais entre os dedos de Paulo Honório do que da própria vida, o proprietário da São Bernardo percebe que não pode ser o transformador da vida de todos que estão sob o que julga ser sua guarda. Percebe que, de fato, nunca havia transformado a si mesmo. E percebe que nunca se transformará. O fracasso da sociedade capitalista em formação no Brasil é diagnosticado por Graciliano em *São Bernardo*, a partir de várias passagens que denunciam o *sentimento de propriedade* e a incapacidade de humanismo, de solidariedade, de gratidão, de felicidade que governa o homem de posses:

[...] estou certo de que a escrituração mercantil, os manuais de agricultura e pecuária, que forneceram a essência da minha instrução, não me tornaram melhor do que eu era quando arrastava a peroba.

[...]

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo.

[...]

Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomoçarmos... Para que enganar-me? Se fosse possível recomoçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige.²⁸

Quando Paulo Honório então resolve escrever o livro de sua vida, é porque a história não poderia seguir mais adiante. E seguiria. Só que o futuro não lhe pertenceria mais. Restaria contar o passado, caminhar pela dor de revê-lo, desejá-lo e nele se encontrar, promover um novo traçado, no qual os erros não se repetiriam. Graciliano aponta Pau-

lo Honório como o “emblema contraditório do capitalismo nascente em nosso país”²⁹, olhando para a frente e ao mesmo tempo vivendo do para trás, inseguro em relação ao controle do seu próprio tempo.³⁰ Então, o desfile de recordações, e mais, o desejo de mudança sobre um passado que não pode ser mais mudado se inicia. Além disso, toda uma carga de um passado não necessariamente vivido, mas ouvido e, de certo modo, sentido – como é o caso das histórias que ouvira de seu Ribeiro –, toda uma dose de passado ajuda Paulo Honório a compor um tempo que Graciliano flagra naqueles arredores de 1930, tomando a São Bernardo como emblema para a realidade nordestina: O “tempo imaginário” entra em conflito com o “tempo identitário” e o calendário passa a ser um problema.³¹ Esse imaginário social que se arrasta desde o Brasil-Colônia e ainda habita a identidade de Paulo Honório – e quem sabe a dos *coronéis-médicos*, *coronéis-advogados*, *coronéis-padres* que “orientam” a vida política e social das células do país nos dias de hoje e que surgiram ainda nesse período da Primeira República, quando do próprio arranjo exigido diante das movimentações/acomodações da história, como o letramento e a especialização, a gradual perda da condição da terra como elemento principal e, às vezes, único da economia.³²

Paulo Honório vai terminando seu livro, espremendo cada gota do “se”, ao mesmo tempo amarga e nutritiva.

Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta. Falaríamos pouco, pensaríamos pouco, e à noite na esteira, depois do café com rapadura, rezaríamos rezas africanas, na Graça de Deus.

Se não tivesse ferido o João Fagundes, se tivesse casado com a Germana, possuiria meia dúzias de cavalos, um pequeno cercado de capim, encerados cangalhas, seria um bom almocreve.

Penso no povoado onde seu Ribeiro morou, há meio século. Seu Ribeiro acumulava, sem dúvida, mas não acumulava para ele. Tinha uma casa grande, sempre cheia, o jerimum caboclo apodrecia na roça – e por aquelas beiradas ninguém tinha fome. Imagino-me vivendo no tempo da monarquia, à sombra de seu Ribeiro. Não sei ler, não conheço iluminação elétrica nem telefone. Para me exprimir recorro a muita paráfrase e muita gesticulação. Tenho, como todo mundo, uma candeia de azeite, que não serve para nada, porque à noite a gente dorme. Podem rebentar centenas de revoluções. Não receberei notícias delas. Provavelmente sou um sujeito feliz.³³

À medida que recorda as possibilidades que cada “fase” no seu passado teria de um futuro melhor que seu presente, Paulo Honório traz um distanciamento de si mesmo. De rezas africanas na convivência com uma velha doceira a festas ao pé de um provedor menos acumulador, como o major Ribeiro, Graciliano expõe Paulo Honório não como o retrato do presente que não presta, e não faz das recordações do seu “herói” uma apologia a um passado que, mesmo injusto, ainda era melhor do que o presente. Paulo Honório é

o ser duplo que coaduna o pior do passado com o pior do presente, este último trazendo elementos mais eficazes de explorar, manusear e corromper, unidos a práticas e símbolos experimentados do passado, conjugando uma realidade mais cruel.

A solidão de Paulo Honório, fantasma que vaga pela sede da fazenda, é revelada pela fuga dos outros da São Bernardo – aqui Graciliano aponta a possibilidade de fuga – e pela distância irreconciliável que se estabeleceu entre Paulo Honório e os empregados da fazenda, numa flagrante alusão à separação e à luta entre classes. Madalena suicidou-se; D. Glória, após a morte da sobrinha, não tem motivos para ficar ali; seu Ribeiro vai para a capital; e, com relação aos moradores da fazenda, as próprias palavras de Paulo Honório resumem aquilo que Graciliano quer mostrar neste romance social de um escritor que “deseja a morte do capitalismo”: declara Paulo Honório: “para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além. Estamos tão separados! A princípio estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão nos distanciou”.³⁴

Notas

* Mestre em História Social pela UFC e Prof. do Departamento de História da UERN (Mossoró).

¹ RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 64 ed. Rio de Janeiro, Record, 1995, p. 10.

² *Ibid.*, pp. 10-11.

³ *Ibid.*, p. 11.

⁴ É claro que esses termos não se aplicam a uma contabilidade formal, oficial. Essa simples e talvez pretensiosa ilustração que aqui foi feita, usando esses supostos termos contábeis, está, na verdade, a serviço da demonstração do conflito que há entre Paulo Honório e Madalena. Por ter adquirido tudo o que quis e transformado todo adquirido em propriedade, o protagonista encontrará na sua esposa, a quem também quer inserir na sua lista de *bens-patrimônio*, uma antagonista que, por conta da impossibilidade de se resolver com o ciúme do seu esposo – o que significa ao mesmo tempo, sair da rede de poder que é São Bernardo – resolve se matar. Paulo Honório então contabiliza essa perda como o fator que o impulsionará a contar sua própria história, ou seja, um balancete de sua vida até aquele momento.

⁵ RAMOS, op. cit., pp. 11-14, 34-37 e 42-43.

⁶ *Ibid.*, p. 39.

⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2 ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2000, pp 174-175.

⁸ Segundo Nelson Werneck Sodré, desde o Brasil-Colônia, com a mineração, rompe-se o “equilíbrio em que se processava o desenvolvimento colonial”, permitindo o “aparecimento de uma camada intermediária entre a classe dos senhores e a classe dos escravos, isto é o aparecimento de uma pequena burguesia”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. São Paulo, Difel, 1986. Se acrescentarmos a isso os fenômenos políticos que se desenrolaram até a implantação da República e seus primeiros anos, até chegar a Grande Guerra, as “reformas” no ensino, as transformações sociais atreladas ao cres-

cimento das cidades que exigiam novas estruturas, as mudanças na economia que iam, com o passar dos anos e das crises, desgastando o poder da terra como a principal posse, ainda que permanecendo como tal, sem um processo de ruptura, apenas de adequação das elites às exigências de diferentes conjunturas, tudo isso foi o que possibilitou a ascensão de figuras como o coronel intermediário, o comerciante poderoso, o advogado influente e rico, enfim, figuras que, se dinamizavam as relações sociais por um lado, estavam, na sua quase totalidade, atreladas às forças tradicionais.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo, Cia. Das Letras, 1995, p. 176.

¹⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia: aseca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877-1922)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Unicamp, 1988, p. 43.

¹¹ Cf. SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos e novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife, Pimes/UFPE, 1974, pp. 28-29: “O sistema coronelista tem assegurado o seu poder justamente porque a atividade produtiva agrária é a atividade básica para o país. Em virtude desse fato, as esferas estaduais colocam-se politicamente em função dos interesses do grupo agrário, concedendo-lhe autonomia local. A 1ª República assiste o (sic) apogeu do sistema coronelista. Até então, o setor rural dominante estaria sob o controle político dos coronéis, bem como o setor urbano que se formava em torno dos comerciantes. A ‘vida política’ do país (esfera federal) seria, dessa forma, expressão do poder de grupos oligárquicos rurais (esfera estadual) mantidos pelos coronéis (esfera municipal).” Ver ainda SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 25-26: “A estrutura social e as formas políticas do Brasil não sofreram mudanças da noite para o dia [isso após o golpe de 1930]. O país permanecia esmagadoramente agrícola (mais de 70 por cento dos trabalhadores estavam na agricultura, em 1920).(comentário meu)”. E ainda em LEAL, Víctor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2 ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 20: “Não é possível compreender o fenômeno [coronelismo] sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil”.

¹² RAMOS, op. cit., p. 42.

¹³ Ibid., pp. 42-43.

¹⁴ RAMOS, op. cit., p. 40. Ver também LEAL, op. cit., pp. 42-50; FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Vol. II. 10 ed. São Paulo, Globo/Publicfolha, 2000, pp. 252-253. Uma síntese do coronel do sertão e do agreste pode também ser encontrada em *Coronel, Coronéis*, obra de 1965. Em interessante passagem, os autores fazem um comparativo entre esses coronéis e os do engenho, no que tange à adequação dos novos tempos e das novas exigências, tanto econômicas quanto sociais: “inteligentes e perspicazes, anteciparam-se às mudanças e inovações que ameaçaram seus mundos: apropriando-se delas, liderando-as. Tornaram-se, assim, os veículos de transformações que terminaram por destruir as próprias bases de sua sustentação. Nisto, eles diferem dos coronéis do açúcar, mais conservadores e reativos, talvez porque mais conscientes do que poderiam significar, para eles, o desenvolvimento e a modernidade”. VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Coronel, Coronéis*. 4 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

¹⁵ RAMOS, op. cit., p. 47.

¹⁶ HOBBSBAMM, Eric J. *A Era do Capital*. 4 ed. Trad. de Luciano da Costa Neto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 256-258.

¹⁷ RAMOS, op. cit., p. 158.

¹⁸ Ibid., p. 185.

¹⁹ Se fizermos um paralelo entre a estrutura da São Bernardo, como propriedade média do agreste nordestino, com a grande propriedade agrícola do Sul-Sudeste, a partir da necessidade da instalação de escolas

agrícolas, visando a uma modernização da agricultura brasileira, temos uma educação especializada na manutenção de uma ordem arcaica sobre uma estrutura que se pretende moderna. Assim, “A difusão do ensino primário agrícola foi o instrumento-chave concebido pela grande burguesia cafeeira como capaz de promover a ‘modernização’ da agricultura brasileira. Pautando-se num tom visivelmente ilustrado, tal discurso, no entanto, longe de estabelecer qualquer ligação entre ensino e democratização, preocupava-se com a qualificação / imobilização de uma mão-de-obra rural especializada, adestrada mediante o ensinamento de conhecimentos práticos, ministrados em instituições altamente segregacionais, voltada para a disciplinarização dos homens inferiores”. MENDONÇA, Sônia Regina de. “Grande Propriedade, Grandes Proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)”. In: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 175.

²⁰ RAMOS, op. cit., p. 190.

²¹ Segundo Caio Prado Júnior, esse encontro entre as forças “burguesas” do país, agrárias e urbanas, demonstra a formação de uma “classe burguesa” única, e não de duas classes burguesas em confronto – uma progressista, mais urbana, e outra reacionária e imperialista, mais concentrada no campo: “Os setores agrário e industrial da economia brasileira e, pois, os dirigentes e beneficiários deles, a burguesia respectivamente de um e de outro, se entrelaçam assim intimamente, e conjugam seus interesses. Em suma, os diferentes setores da burguesia brasileira evoluíram paralelamente ou, antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses”. Cf. PRADO-JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 116.

²² CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, Editora 34, p. 24.

²³ RAMOS, op. cit., pp. 11 e 39.

²⁴ *Ibid.*, p. 132.

²⁵ LAFETÁ, João Luiz. “O mundo à revelia”. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 64 ed. Rio de Janeiro, Record, 1995, p. 209.

²⁶ RAMOS, op. cit., p. 57

²⁷ *Ibid.*, pp. 137-138. Essa cantiga de Casimiro Lopes para o filho de Paulo Honório é a mesma que o vaqueiro José Baía cantava para o menino Graciliano quando a família Ramos estava morando em Buíque, Pernambuco; o pai havia comprado uma fazenda e José Baía era um dos homens da lida.

²⁸ RAMOS, op. cit., pp. 189-190.

²⁹ LAFETÁ, op. cit., p. 205.

³⁰ ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/São Paulo, FJN/Ed. Massangana/Cortez, 1999, p. 234.

³¹ Ver CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 246-252.

³² FAORO, op. cit., p. 252; SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Identidade e poder: uma leitura de São Bernardo. Cadernos NUDOC - Nordeste: identidade, imagens e literatura*. Fortaleza, UFC/Nudoc, 1996, p. 48.

³³ RAMOS, op. cit., pp. 186-188.

³⁴ *Ibid.*, p. 190.